

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>	NP: sibyxsv <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 13/08/2025 Projeto de lei nº 1232/2025 Protocolo nº 8192/2025 Processo nº 2491/2025	
<b>Autor:</b> Dep. Elizeu Nascimento		

**Dispõe sobre a prerrogativa do advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e regularmente constituído, de requerer o acesso a imagens de circuitos internos de monitoramento em órgãos públicos e entidades privadas no âmbito do Estado de Mato Grosso, para fins de exercício do direito de defesa.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** O advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, no exercício de mandato conferido por seu cliente, terá prerrogativa de requerer e obter acesso a imagens de circuitos internos de monitoramento, fixos ou móveis, mantidos por:

- I – Órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso;
- II – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos;
- III – pessoas jurídicas de direito privado, inclusive condomínios, associações e estabelecimentos comerciais, quando o fato registrado esteja relacionado ao interesse jurídico do constituinte.

**Art. 2º** O acesso às imagens será concedido mediante requerimento escrito, acompanhado de:

- I – Procuração ou contrato de honorários que comprove a regular constituição do advogado no caso;
- II – Indicação precisa de data, hora e local dos fatos;
- III – Breve justificativa da pertinência das imagens para o exercício do direito de defesa ou para instrução processual.

**Art. 3º** O fornecimento das imagens deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa formal da impossibilidade técnica.

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

**Art. 4º** É vedada a recusa injustificada de fornecimento das imagens, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal do agente público ou particular responsável, sem prejuízo das sanções previstas em legislação específica.

**Art. 5º** As imagens obtidas nos termos desta Lei deverão ser utilizadas exclusivamente para os fins jurídicos indicados no requerimento, sendo vedada sua divulgação indevida, sob pena de responsabilidade.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo assegurar, no âmbito do Estado de Mato Grosso, uma prerrogativa essencial ao exercício da advocacia: o acesso célere e desburocratizado a imagens de câmeras de segurança e monitoramento, quando indispensáveis à defesa dos interesses de clientes e à efetivação do direito de defesa.

O art. 133 da Constituição Federal consagra a indispensabilidade do advogado à administração da justiça. As prerrogativas previstas no Estatuto da Advocacia (Lei Federal nº 8.906/94) visam garantir a atuação livre, independente e efetiva do profissional, em especial no que se refere à obtenção de provas lícitas.

Na prática forense, é comum que fatos relevantes sejam captados por sistemas de monitoramento de órgãos públicos ou estabelecimentos privados. Contudo, a ausência de procedimento claro e o excesso de exigências burocráticas dificultam ou inviabilizam a obtenção tempestiva dessas imagens, comprometendo a instrução de processos e, muitas vezes, impedindo que provas relevantes sejam preservadas, já que os sistemas de gravação têm armazenamento limitado e as imagens se perdem com o tempo.

A presente proposição estabelece um rito simples, com prazos razoáveis e segurança jurídica, garantindo que o advogado, devidamente constituído, possa requerer e obter as imagens necessárias. Além disso, impõe responsabilidades quanto ao uso das imagens, prevenindo abusos e resguardando a intimidade e a privacidade de terceiros.

Trata-se, portanto, de medida que fortalece a advocacia, assegura a ampla defesa e o contraditório, e contribui para uma justiça mais célere e efetiva, em conformidade com os preceitos constitucionais e legais.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 13 de Agosto de 2025

**Elizeu Nascimento**  
Deputado Estadual